

O conturbado processo democrático da Costa do Marfim

DESDE A INTRODUÇÃO do multipartidarismo na Costa do Marfim, em 1991, que as eleições para a presidência da República deste país têm sido alvo de controvérsia. A Costa do Marfim obteve a sua independência de França, em 1960, e o seu líder histórico, Félix Houphouët-Boigny, deteve a presidência durante 33 anos até à data da sua morte, a 7 de Dezembro de 1993. Nessa altura, e de acordo com a Constituição marfinense, a presidência da república foi assumida pelo presidente da Assembleia Nacional, Henri Konan Bédié. O então primeiro-ministro Alassane Ouattara manifestou a intenção de se candidatar nas eleições presidenciais seguintes, de 1995, e foi a partir desse momento que se desenvolveu o jogo político que alimentaria a divisão étnica e fomentaria a xenofobia na sociedade marfinense. Esta, por sua vez, está a viver uma crise económico-social que se iniciou na década de 80 e encontra-se sujeita a um programa de ajustamento estrutural internacional. Os golpes de Estado de Dezembro de 1999 e Setembro de 2002 e, no seguimento deste último, a subsequente divisão do país em dois, proporcionaram o palco para a violência que se instalou de seguida no território.

Primeiras eleições presidenciais multipartidárias

Após assumir interinamente o cargo de presidente da República, Henri Konan Bédié, do ex-partido único Parti Démocratique de Côte d'Ivoire (PDCI), aprovou um novo código eleitoral com o qual redefinía as condições de elegibilidade dos candidatos à presidência da República. A partir de então, qualquer candidato à presidência teria de ser “marfinense de nascença, filho de pai e mãe também eles marfinenses. Não pode ter renunciado à nacionalidade marfinense [...] e residir de maneira contínua na Costa do Marfim nos últimos cinco anos”. Estas condições visavam, claramente, Alassane Ouattara, considerando: i) incertezas quanto à nacionalidade do seu pai; ii) o facto de Ouattara ter obtido um passaporte diplomático do Burkina-Faso, emitido quando trabalhara no Banco Central dos Estados de África Ocidental (BCEAO) e, por último, iii) a actividade profissional não só no BCEAO mas também no Fundo Monetário Internacional implicara

a ausência de Ouattara do país durante vários anos (tendo regressado em 1991, ao assumir o cargo de primeiro-ministro).

Afastando assim o seu principal adversário da participação nas eleições presidenciais de 1995, Konan Bédié obtém a vitória e mantém um programa político-social que assume contornos cada vez mais exclusivistas, principalmente com a sua política de “marfinidade”. Em Dezembro de 1999, em desacordo com as políticas do presidente, o General Robert Guéi promove o primeiro golpe de Estado do país e, liderando uma junta militar, assume a presidência até às eleições de 2000. Apesar de prometer reformular as condições de elegibilidade antes das presidenciais, não o faz, e Ouattara é novamente excluído por nacionalidade “duvidosa”. Laurent Gbagbo, líder

do partido socialista Front Populaire Ivoirien (FPI) e único adversário do general, ganha as eleições, marcadas por uma fraca adesão às urnas (37,4% de participação). Nos dias seguintes registam-se confrontos entre os partidários dos dois adversários, já que o general Robert Guéi se recusa a aceitar o resultado das eleições e a renunciar ao cargo. Dias depois, após a cedência do general e a consequente saída do país, os partidários de Ouattara exigem a realização de novas eleições, nas quais o seu candidato possa participar livremente, mas o novo presidente, Laurent Gbagbo, recusa a repetição do acto eleitoral. Em Dezembro de 2000 o Supremo Tribunal volta a rejeitar a candidatura de Ouattara, desta feita tendo em vista as eleições legislativas. O seu partido, o Rassemblement des Républicains (RDR), apela ao boicote e decorrem novos confrontos, agora entre os partidários do RDR e as forças de segurança. Em Março de 2001 o RDR concorre às eleições municipais e obtém uma clara vantagem face ao PDCI e ao FPI.

Por seu lado, Laurent Gbagbo, evidenciando apreensão quanto à possibilidade de vir a ser alvo de um novo golpe de Estado militar, inicia, através do seu ministro da Defesa, uma reestruturação das Forças Armadas. Ao contrário da política de Houphouët-Boigny, que sempre procurara criar estruturas militares, políticas ou administrativas baseadas na heterogeneidade étnica, Gbagbo (à semelhança do que também fizera Bédié) discriminou os oficiais partidários dos seus adversários. No início de 2002, a possibilidade de dispensa de militares do corpo das Forças Armadas levanta um descontentamento que vai de facto contribuir para o golpe de Estado de Setembro de 2002.

Um Estado, duas administrações

A 19 de Setembro de 2002, o movimento rebelde Mouvement Patriotique de la Côte d'Ivoire (MPCI) põe em marcha a sua tentativa de golpe de Estado. É impedido de entrar na capital económica de Abidjan (travado pelas forças governamentais e pela força militar

O CONCEITO DE “MARFINIDADE”

Quando em 1960 a Costa do Marfim se tornou independente, o país contaria com uma população de cerca de 3,5 milhões de habitantes, havendo uma maior presença de populações a norte, na zona de savanas, do que no sul, região de floresta tropical. Para promover o desenvolvimento económico do país, nomeadamente das indústrias de produção de cacau, café, algodão e da construção de vias rodó e ferroviárias, o presidente Félix Houphouët-Boigny implementou uma forte política de migração (da região norte para a região sul do país, mais propícia à actividade agrícola) e de imigração (principalmente de países como o Burkina-Faso e o Mali), incentivando os “irmãos” vizinhos a instalarem-se na Costa do Marfim. O desenvolvimento económico e a política de migração permitiu que a população aumentasse para cerca de 6,7 milhões em 1975 (realização do 1º censo), para 15,3 milhões em 1998 (realização do 3º e último censo), sendo a estimativa actual de 21,5 milhões de pessoas. Em 1998, 26% da população era estrangeira, apesar de cerca de 41% terem já nascido na Costa do Marfim e uma maioria da percentagem remanescente viver neste país há mais de 10 anos. Para incentivar esta (i) migração, Félix Houphouët-Boigny defendeu que a posse de terra pudesse passar a pertencer a quem a cultivasse, baseando-se para isso na criação de um novo direito consuetudinário e renegando para segundo plano quaisquer títulos de propriedade, bem como quaisquer cartões/autorizações de residência a cidadãos estrangeiros (qualquer pessoa proveniente de um país da CEDEAO podia circular e residir livremente na Costa do Marfim).

A queda do preço dos produtos primários nos mercados internacionais em 1980, nomeadamente do cacau e café, principais exportações da Costa do Marfim, originou uma forte crise económica e a consequente intervenção do Banco Mundial e dos seus programas de ajustamento estrutural. Na década de 90, a introdução do multipartidarismo e, em 1993, a morte do líder histórico, trouxeram novos dilemas para a elite governante, já a braços com contestações sociais de uma população jovem, desempregada e sem perspectivas. Para a maioria desses jovens, fortemente concentrados nas grandes áreas urbanas, a alternativa era regressar às cidades de origem dos

seus progenitores cujas terras tinham sido, entretanto, “ocupadas” por “estrangeiros” (incluindo nesta categoria os provenientes dos países vizinhos mas também aqueles originários de outras regiões da Costa do Marfim, principalmente do Norte).

A este sentimento de contornos xenófobos cada vez mais generalizado na sociedade marfinense, veio aliar-se, entre outros factores, a chamada política de “marfinidade”, desenvolvida por intelectuais e académicos próximos da elite dirigente, mais concretamente do presidente Henri Konan Bédié. Sob o pretexto de criar uma “sociedade marfinense moderna e liberal”, a partir de 1996 é desenvolvido um projecto etno-nacionalista de identificação de uma identidade nacional “marfinense”, que englobasse as diferentes etnias autóctones da Costa do Marfim. Segundo os seus teóricos, esse projecto deveria ser concretizado pelos elementos da elite Baule-Akan (no poder nos últimos 33 anos), já que estes seriam os mais capazes para o efeito. Para a identificação dessa identidade nacional era necessário clarificar primeiro quem era passível de ser marfinense, e quais os critérios para essa selecção. Após um forte debate, definiu-se que para ser marfinense, um cidadão teria de ser filho de pai e mãe marfinense (critério que prevaleceu sobre a filiação de pai *ou* mãe marfinense). Em termos práticos, o principal objectivo era afastar Alassane Ouattara da corrida às eleições presidenciais de 1995, já que pairava sobre este a dúvida relativa à proveniência do seu pai (que nascera antes da constituição da colónia da Costa do Marfim em 1893). O afastamento de Alassane Ouattara, muçulmano, proveniente do norte do país, e a sua conotação como “estrangeiro”, gerou um sentimento de exclusão entre os marfinenses com as mesmas características ou seja, provenientes da região norte, de origem muçulmana e que suportavam agora o peso da indefinição do seu estatuto de cidadania. Esse sentimento de exclusão, aliado ao sentimento xenófobo e nacionalista alimentado pela comunicação social estatal e pelos dirigentes marfinenses desde 1995 (incluindo Laurent Gbagbo e a sua *entourage* política após a sua eleição em 2000), levaram à fracção da sociedade marfinense e alimentaram a violência étnica que o país viveu nestes últimos 8 anos de crise.



Divisão territorial da Costa do Marfim. Fonte: Centre de Documentation et d'Informations Humanitaires.

francesa no terreno) mas consegue conquistar outras cidades, obtendo o domínio sobre a metade norte do país. Em Outubro o MPC assina um cessar-fogo com as forças francesas e apresenta as suas reivindicações: a saída de Laurent Gbagbo da presidência e a realização de novas eleições presidenciais.

A reestruturação do movimento rebelde em Novembro (devido ao aparecimento de dois novos grupos na parte ocidental do país), leva à criação das *Forces Nouvelles* (Forças Novas – FN), que, representadas por Guillaume Soro, participam nas conversações de paz que se realizam em Linas-Marcoussis em Janeiro de 2003, arredores de Paris, onde é negociado o primeiro Acordo de Paz. A principal consequência deste acordo é a criação de um Governo de Reconciliação Nacional (GRN), composto por elementos de todas as partes políticas no país (Governo e oposição) e dos movimentos rebeldes. Contudo, o país fica dividido em dois e é, inclusive, criada uma *zone de confiance*: uma faixa com cerca de 600 km de comprimento e, conforme os casos, 25 km de largura, patrulhada pelas forças internacionais e que, ao percorrer o país de leste a oeste, separa oficialmente a metade norte, sob o controlo dos grupos rebeldes, da parte sul, sob o controlo do poder central. A administração da parte norte do país é atribuída a comandantes de zona (*Com'zones* – *Commandant des zones*) das Forças Novas e são eles que passam a deter o poder judicial, económico e administrativo das regiões sob a sua alçada. Devido à presença dos rebeldes, a maioria dos funcionários públicos foge da

zona norte do país, incluindo professores, e o acompanhamento médico passa a ser feito através de ONGs no terreno. O país ficará assim dividido durante quatro anos e meio.

O longo processo negocial

O acordo de paz de Linas Marcoussis tinha algumas lacunas e não clarificou quais as medidas necessárias a adoptar para a alteração dos pontos mais controversos, ou seja, os critérios de elegibilidade e a questão da cidadania marfinesa. Nos meses seguintes ocorrem sucessivos impasses no GRN, caracterizados, por um lado, pela falta de vontade política de Laurent Gbagbo em promulgar leis que modificassem o código eleitoral, e, por outro, pela relutância do movimento rebelde em iniciar o seu processo de desarmamento, tal como previsto no acordo.

Em Novembro de 2004, após um ataque mal planeado das forças governamentais a forças rebeldes, reacende-se o receio do conflito armado no país e a União Africana nomeia o presidente sul-africano Thabo Mbeki para mediar novas negociações de paz. Em Abril de 2005 é assinado o acordo de Pretória que introduz, finalmente, uma emenda à controvertida cláusula dos critérios de elegibilidade, permitindo assim a Ouattara candidatar-se às eleições. Ultrapassada esta dificuldade política, passa a ser necessário promover a reunificação administrativa do país e o desarmamento (dos rebeldes mas também das milícias pró-governamentais) para, por fim, se prepararem as eleições presidenciais previstas para

esse mesmo ano de 2005. Novos impasses e a contínua falta de vontade política de Laurent Gbagbo e do FPI (com maioria parlamentar) não materializam estes objectivos e as eleições presidenciais vão ser sucessivamente adiadas. A renitência de Gbagbo em abdicar da presidência após o fim do seu mandato oficial (Outubro de 2005) levanta nova onda de indignação e, agora sob a mediação do presidente do Burkina-Faso Blaise Compaoré, é promovida mais uma ronda de negociações de paz. O seu resultado será a assinatura do Acordo de Paz de Ouagadougou, em Março de 2007, que vai permitir, finalmente, a reunificação do país.

A próxima etapa passa a ser a preparação das eleições presidenciais, que se realizam finalmente em Outubro de 2010. Caracterizadas por uma forte adesão da população, os dois candidatos mais votados – Laurent Gbagbo e Alassane Ouattara – disputam uma segunda volta a 28 de Novembro. Com o apoio político – ironicamente – de Henri Konan Bédié e do seu eleitorado, Alassane Ouattara vence umas eleições cujo resultado Laurent Gbagbo se recusa a aceitar, acusando a Comissão Eleitoral Independente de fraude eleitoral. A validação das eleições pelos observadores internacionais leva à aceitação dos resultados pela comunidade internacional, cada vez mais desgastada pelo jogo duplo de Laurent Gbagbo na sua tentativa de se manter no poder. A sua recusa vai levar o país à beira de uma guerra civil, já que as forças armadas mantêm-se leais ao presidente cessante e as Forças Novas, rebaptizadas de Forças Republicanas, aliam-se a Alassane Ouattara. Após um conturbado período de violência, as forças republicanas conseguem finalmente deter o presidente cessante, tendo para isso a anuência das tropas internacionais no terreno. Seis meses após a sua vitória eleitoral, Alassane Ouattara assume oficialmente a presidência da República da Costa do Marfim.

Um futuro atribulado?

O futuro para este septuagenário recém-eleito afigura-se atribulado. Cabe-lhe redinamizar a economia (incluindo o sector empresarial de produção de cacau e café ou os sectores mineiro – ouro e diamantes – e petrolífero), proceder à remodelação das forças armadas (incluindo desarmamento de rebeldes, milícias e grupos paramilitares favoráveis a Gbagbo) e reestruturar toda a administração pública (existindo no norte regiões ainda sob a autoridade dos *com'zones*). Tem ainda que promover a

reconciliação nacional, tema de não somenos importância quando falamos de uma sociedade que, não tendo estado em guerra civil declarada, foi vítima de violências constantes, por parte de partidários de ambas as partes. A população da Costa do Marfim viveu um forte período de xenofobia (ao ponto de se recear a repetição de um novo Ruanda), e a desconfiança que se instalou é transversal a todos os sectores da sociedade, igualmente marcante nas forças armadas.

“
A população da Costa do Marfim viveu um forte período de xenofobia [...] e a desconfiança que se instalou é transversal a todos os sectores da sociedade [...]”

Ouattara, por enquanto, tem o apoio da comunidade internacional e das principais organizações financeiras internacionais. Tem também demonstrado vontade política para impedir que a impunidade se instale na Costa do Marfim e pretende colaborar com o Tribunal Penal Internacional, a quem solicitou a investigação das atrocidades ocorridas entre os resultados das eleições e a detenção do ex-presidente. Mas numa sociedade marcada pelo xenofobismo, pela desconfiança e pelo forte discurso anti-occidental dos últimos anos, até onde pode chegar a presidência deste ex-director-geral adjunto do FMI? A realização das eleições legislativas que decorrem em Dezembro de 2011 vão ser a sua primeira prova de fogo. ■

Notas

¹ Um acordo de defesa mútua assinado entre a França e a Costa do Marfim permitia a presença de um dispositivo militar francês na Costa do Marfim – a força *Licorne* –, na altura composto por 700 militares.

Referências bibliográficas

CUTOLO, Armando – “Modernity, Autochthony and the Ivorian Nation: the end of a century in Côte d’Ivoire” Africa 80. Edinburgh University Press, 2010.
GUESNET, Lena et al – “Natural Resources in Côte d’Ivoire: fostering crisis or peace? The cocoa, diamond, gold and oil sectors” brief 40. Fatal Transactions, Bonn International Center for Conversion, Novembro 2009.
BOUQUET, Christian – «Les fondements de la crise ivoirienne par les cartes». Abril 2011.
<http://meridianes.org/2011/04/16/la-crise-ivoirienne-par-les-cartes/>
“The war is not yet over” International Crisis Group Africa Report n.º 72, 20 November 2003, Freetown/Brussels.
“Côte d’Ivoire: Sécuriser le processus électoral” International Crisis Group Africa Report n.º 158, 5 de Maio de 2010, Freetown/Brussels.